

Relatório de Atividades e Contas
2020



**CENTRO CULTURAL
E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO**

Rua do Centro Cultural e Social Santo Adrião
4715- 016 Braga

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	3
I – ABERTURA	3
II – AS RESPOSTAS SOCIAIS, VALÊNCIAS E SECÇÕES - NAS DIVERSAS ÁREAS	4
1. ÁREA SOCIAL	4
1.1. INFÂNCIA	4
1.1.1. BERÇÁRIO E CRECHE (3 POLOS).....	4
1.1.2. JARDIM DE INFÂNCIA (3 SALAS)	4
1.1.3. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL).....	4
1.1.4. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – APOIO A CRIANÇAS EM RISCO	4
1.1.5. CAT – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “A PONTE DE REGRESSO A CASA”	5
1.1.6. CENTRO DE APOIO À MULTIDEFICIÊNCIA “DAR ASAS PARA VOAR”	6
1.2. RESPOSTAS DA TERCEIRA IDADE	6
1.2.1. CENTRO DE DIA (CD)/ CENTRO DE CONVÍVIO (CV)/ERPI.....	6
1.2.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD).....	6
1.2.3. CENTRO DE NOITE (CN)/CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO OCUPACIONAL (CATO) - APOIO TERAPIAS ONCOLÓGICAS	6
1.3. RESPOSTAS DE ÂMBITO SOCIAL	7
1.3.1. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (rsi).....	7
1.3.2. CLDS 4G - MAKEBRAGA	7
1.3.3. CANTINA SOCIAL – GASE	9
2. ÁREA DESPORTIVA – RECREATIVA, ARTÍSTICA E CULTURAL	9
3. SECÇÕES DE APOIO GERAL/RECURSOS/EQUIPAMENTOS	11
3.1. NÚCLEO DA QUALIDADE	11
3.2. ECONOMATO.....	11
3.3. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	11
3.4. COZINHA/COPAS	12
4. PROJETOS	12
5. TRABALHO EM REDE SOCIAL (PARCEIRAS, ACORDOS PROTOCOLADAS, BENFEITORES)	12
5.1. PARCEIRAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO E/OU COLABORAÇÃO COM:	12
5.2. PATROCINADORES, BENFEITORES E AMIGOS SOLIDÁRIOS (APOIOS, DONATIVOS, PATROCÍNIOS) – EM REDE SOCIAL:	12
6. CONTEÚDOS FINANCEIROS	13
6.1. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E À SEGURANÇA SOCIAL.....	13
6.2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE.....	13
6.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	13
6.4. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
III CONCLUSÃO	14
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balança em 31 de dezembro de 2020.....	15
Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020	16
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2020	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2020	18
Anexo.....	19
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	35

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

I – ABERTURA

O Relatório de Atividades que ora se elabora, é reportado ao ano 2020, abrangendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro, do citado ano.

O relatório procura demonstrar de forma clara, verdadeira, honesta e objetiva, as contas de gerência do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, doravante CCSSA ou Instituição, no exercício da atividade no ano 2020, face aos objetivos traçados no plano de atividades, para que, deste modo, os sócios possam avaliar a situação económica da Instituição que a todos pertence, e que sempre pugna pela procura das melhores soluções para os problemas que afetam a comunidade, unindo esforços em rede social com outros parceiros e benfeitores, para o combate à exclusão e crise social que esta pandemia ainda mais agudizou.

Como é do conhecimento geral, este foi um ano atípico para o CCSSA, não só devido á pandemia COVID-19, mas também pela turbulência diretiva que afetou a gestão desta Instituição.

Desde a tomada de posse da Direção eleita, no início de 2020, que o elenco diretivo foi sofrendo percalços, uns provocados por fatores exógenos, outros com raiz em fatores endógenos. No entanto, uns e outros a serem corrosivos para o bem-estar de uma Direção que se queira coesa, firme e unida nos objetivos a alcançar.

Face à instabilidade e incompatibilidade diretiva, a maior parte da Direção eleita apresentou a sua demissão, em 16.06.2020, no objetivo de desencadear o mais rápido possível novo ato eleitoral, a fim de se encontrar um elenco capaz de liderar o CCSSA, onde pontificasse a união, o diálogo e o espírito de bem servir, norteados por um objetivo comum – o engrandecimento do CCSSA.

Pese o escopo para a celeridade do processo, tal não foi possível, pois três elementos decidiram não se demitir, assumindo a Direção em Gestão Corrente, pelo que, o ato eleitoral, decidido em Assembleia Geral, em 8 de julho, só veio a ocorrer em 25 de setembro.

Dos resultados saídos do ato eleitoral, a lista vencedora viu-se impedida de tomar posse, em consequência de uma providência judicial, apresentada pela equipa em gestão corrente, e cujos elementos integravam a lista derrotada, facto que omitiram ao juiz decisor.

Assim, mais uma vez, por fatores endógenos e exógenos, o CCSSA via-se privado de contar com uma Direção legitimada eleita, facto que só veio a ocorrer quando o Tribunal deu ordem para a imediata tomada de posse, isto é, em 5 de dez. 2020, data a partir da qual esta Direção assumiu de pleno direito os desígnios da Instituição.

Neste período de interregno, a Direção em Gestão Corrente ultrapassou as competências inerentes a uma Direção deste tipo, praticando atos que lesaram a Instituição, quer no plano financeiro, como o presente relatório irá espelhar, quer na reputação e bom nome que o CCSSA granjeou ao longo da sua existência.

Aliás, a atual Direção, legitimada eleita, continua a sofrer os ataques pífios por parte dos elementos afetos à lista derrotada em eleições, os quais, a todo o custo, procuram denegrir, atacar e prejudicar a Instituição, recorrendo sistematicamente aos Tribunais, ou chamando a PSP, mesmo sabendo que não têm razão, mas tão somente para causar perturbação e alarido. Felizmente, a razão e a verdade protegem-nos!

Como dizia Fernando Pessoa: “... *A mentira não tem ninho/Nunca ninguém se perdeu/tudo é verdade e caminho.*”

Vamos continuar a caminhar, sempre norteados pela verdade. Este Relatório de Atividades e Contas é mais um passo nesse sentido.

Braga, 30 de março de 2021

A Direção

II – AS RESPOSTAS SOCIAIS, VALÊNCIAS E SECÇÕES - NAS DIVERSAS ÁREAS

1. ÁREA SOCIAL

1.1. INFÂNCIA

1.1.1. BERÇÁRIO E CRECHE (3 POLOS)

1.1.2. JARDIM DE INFÂNCIA (3 SALAS)

O ano 2020 foi o ano mais atípico na história da nossa Resposta devido a toda a situação pandémica que vivemos atualmente. Ainda assim, tivemos a oportunidade de realizar o que estava previsto para os meses de janeiro e fevereiro. Em janeiro destacamos a nova iniciativa “O sonho encantado na terra dos pijamas”, que tinha como objetivo a angariação de fundos para a realização de pequenos sonhos das crianças do CAT da nossa Instituição. A partir de meio de março, e até meados de maio, vimo-nos “obrigados” a encerrar os nossos serviços, devido ao confinamento geral. Em meados de maio pudemos reabrir portas, ainda que só para a creche e com poucas crianças. Desde aí tomámos novas medidas para evitar que este “bichinho” entrasse nas nossas portas. Em junho reabrimos as portas do nosso Jardim de infância, com um número muito reduzido de crianças. Felizmente conseguimos manter o novo “bichinho”, SARS-CoV-2, afastado até meados de novembro. Apesar de todos os cuidados, também fomos atingidos por esta nova doença. Feliz, e aparentemente, sem danos para os infetados. Ainda assim, o número de infetados em cada foco que ia surgindo era muito residual. Conseguimos que o Polo 1 e Jardim de infância passassem pelos “pingos da chuva” até ao final de 2020.

As atividades de setembro, outubro, novembro e dezembro foram todas realizadas, mas dentro das “bolhas” que foram criadas.

1.1.3. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL)

Sempre no sentido de estabelecer um ambiente adequado ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, e cumprindo todas as medidas de segurança que a pandemia obrigou, o CATL realizou diversas atividades: “Chá da manhã com biscoitos e música calma”, “Atelier de Artes”, “Decoração da sala e espaços” de acordo com a época do ano ou temáticas, visitas à Ludoteca, visita à “Final four 2020”, visita ao “Mosteiro de Tibães”, atividades de exterior, pic-nics, entre outras.

Foram várias as temáticas trabalhadas, das quais destacamos: “Direito a Brincar”, “Saúde”, “Segurança”, “Alimentação Saudável”, “Pobreza no mundo”, “Direito ao respeito”, “Dia do Pijama”.

Não foram esquecidas as diferentes estações do ano e datas festivas: Halloween, Magusto, Advento, Natal, Primavera, Verão.

Vários concursos foram realizados: “Jogos de Tabuleiro”, “Jogos de antigamente”, “Tabuadas”, “Damas”, “Numeração Romana”, “Karaoke”.

A pandemia quebrou a realização, de algumas atividades desde 19 de março até 1 de junho mas, quando regressámos, aproveitámos o ar livre, os banhos de mangueira, os jogos de água, pic-nics, trabalhos com ervas aromáticas e construção de mandalas de flores.

Todos mais distantes para realizar as atividades, mas todos muito empenhados para alcançar bons resultados!

1.1.4. CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – APOIO A CRIANÇAS EM RISCO

As atividades dinamizadas em sala seguiram a planificação do projeto pedagógico.

Assim, em janeiro realizámos o “Dia de Reis”, em fevereiro comemorámos o “S. Valentim” e a pausa de Carnaval, comemorámos o “Dia Internacional da Mulher”, em março. A partir de 16 de março, a sala fechou por ordens da DGS e Segurança Social.

1.1.5. CAT – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “A PONTE DE REGRESSO A CASA”

O ano de 2020 foi um ano atípico, devido à COVID-19. A partir do mês de março as atividades ficaram todas suspensas e os jovens do CAT deixaram de ter contacto com o exterior, ficando confinados ao CAT durante meses consecutivos. Contudo, registámos as ações que conseguimos realizar ao longo do ano:

1. Promoção de competências necessárias à vida em geral (confeção de refeições/doces)

O grupo dos jovens colaborou na realização de doces (marmelada, geleia, biscoitos e bolos), assim como na confeção do jantar e almoço aos fins de semana, quando ficavam no CAT.

2. Competências educativas (acompanhamento no estudo)

O grupo, como ficou definido no início do ano letivo, foi dividido em dois, sendo que cada auxiliar se ocupa de um: ensino regular (do 2º ao 9º ano) e ensino profissional (9º ao 12º ano).

Sob um ponto de vista geral, o grupo foi pouco empenhado na hora de estudar. É notória a falta de motivação e as dificuldades no seu todo. Em outubro iniciou o apoio de uma professora destacada pelo projeto “Casa” do Ministério da Educação que deu apoio ao 5º, 8º e 9º anos. O grupo dos cursos profissionais mostrou-se igualmente pouco disposto, havendo utentes com grandes lacunas de aprendizagens, sobretudo na escrita, gramática e interpretação de textos. O grupo manteve a mesma dinâmica até meados de março, quando se deu o confinamento devido à COVID-19. A partir dessa data, as aulas passaram a ser não presenciais. Houve necessidade de se criar condições, para que os jovens assistissem às aulas. Toda a dinâmica das rotinas diárias foi alterada, mas as crianças/jovens foram uns “heróis”.

3. Planeamento e organização das atividades de vida diária

Verificou-se que esta tarefa exigiu persistência e supervisão diária, uma vez que alguns jovens por vezes não cumpriram o que estava previsto.

Por outro lado, quando são solicitados para colaborar em algumas tarefas, mostram-se sempre disponíveis.

4. Escola/formação e emprego (inserção na vida ativa)

Realizaram-se reuniões/ contactos regulares com os respetivos diretores de turma dos utentes do ensino regular (uma criança no 1º ciclo, seis no 3º ciclo, e três no ensino profissional) no final do 1º período e sempre que se justificou. Os registos encontram-se anexados ao processo individual. Uma das jovens está a fazer um *part-time* e a tirar a carta de condução. No segundo semestre, devido à COVID-19, não se realizaram reuniões escolares presenciais, mas via digital.

5. Ocupação dos tempos livres

Das atividades previstas, algumas não foram realizadas, porque grande parte dos utentes foram para os familiares no fim de semana. Os utentes no geral revelaram preferência nos jogos: cartas, monopólio e *playstation*, bem como a utilização das tecnologias. Durante o período de confinamento foram realizados campeonatos de jogos de mesa, pequenos passeios nas imediações do CAT e a colónia de praia foi reduzida a alguns dias pontuais.

6. Família /CAT/entidades externas (visitas domiciliárias, atendimentos sociais, visitas familiares, reuniões entidades externas)

No 1º semestre foram concretizadas visitas domiciliárias sempre que se justificou. A partir do mês de março, devido ao confinamento exigido pelas autoridades de saúde pública e pela Segurança Social, não foi possível fazer um acompanhamento presencial, só por telefone.

1.1.6. CENTRO DE APOIO À MULTIDEFICIÊNCIA “DAR ASAS PARA VOAR”

O projeto “Dar Asas Para Voar”, pensado já há alguns anos, até ao presente em carácter progressivo, mas muito positivo e de grande apoio às famílias, no caminho dado aos seus filhos com quaisquer deficiências, foi muito prejudicado pela situação pandémica do vírus COVID-19.

Todos os momentos das pausas escolares, desde o Natal de 2019, foram adversos ao encontro das crianças e jovens desta valência. Mas alguns aspetos estruturais foram evoluindo: o novo elevador, que parte do R/C até ao 2.º andar, já está em funcionamento. O projeto arquitetónico, para as adaptações de espaços, segundo as normas legais, também está concluído. Faltam as obras de construção, para que em 2021 se retomem as atividades de apoio àquelas crianças portadoras de necessidades específicas. Esperamos o apoio de benfeitores e amigos, para que consigamos mais esta vitória. É que, “... tudo foi um sonho,... Deus quer..., e a obra será concluída”.

1.2. RESPOSTAS DA TERCEIRA IDADE

1.2.1. CENTRO DE DIA (CD)/ CENTRO DE CONVÍVIO (CV)/ERPI

De janeiro a meados de março de 2020, as atividades programadas foram cumpridas, entre as quais: comemoração do dia de Reis, com cantares alusivos, realização do “Dia da Amizade”, com troca de postais entre os utentes, com pinturas e pequenas frases, onde manifestavam carinho uns pelos outros, jogos didáticos (cartas, dominó), jogos de memória, “Comemoração do Dia da Mulher” com o objetivo de angariar fundos para o Projeto “DAR ASAS PARA VOAR” e promoção de contactos para a angariação de Bens e Géneros Alimentares, entre os dias 7 e 8 de março de 2020.

A partir do dia 16 de março, as mudanças abruptas que o COVID-19 trouxe ao mundo, às nossas vidas e às instituições sociais foram particularmente sentidas pelos mais velhos que, enquanto grupo de risco, se viram afastados do contacto físico com seus filhos, netos, amigos, entre outros. No que se refere ao confinamento, o mais difícil foi a solidão, a tristeza a que os idosos que diariamente frequentavam os Centros de Dia/Convívio. Foram obrigados a ficar confinados em suas casas, muitas vezes sem retaguarda, habituados a uma rotina e a uma série de atividades que lhes ocupava o tempo e a mente (uma panóplia de atividades e serviços realizados na instituição: animação física, musical, cognitiva, promotora de desenvolvimento pessoal e social, lúdico/recreativa).

Na ERPI/LAR, o distanciamento físico e o respetivo impacto na saúde mental dos nossos utentes foi o que mais nos preocupou, tentando diariamente que a equipa estabelecesse contactos através de telefone ou videochamada entre familiares e os utentes. Outro fator que perturbou a nossa estrutura foram as perdas humanas, devido à COVID-19. Foi muito difícil gerir emoções, articular com as famílias e gerir as equipas de trabalho que fizeram de tudo, para que Vidas não se perdessem. Trabalharam dias e noites consecutivos, para que aos nossos utentes nada faltasse, nunca disseram “que não” ao que lhes era pedido, sempre que havia indicações emanadas pela DGS, com o objetivo de minimizar os riscos. O Mundo mudou e com ele mudaram as nossas vidas e a de todos os que nos rodeiam.

1.2.2. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

Os serviços prestados pela equipa do SAD/CD aumentaram, uma vez que começámos a apoiar os utentes de Centro de Dia, em suas casas, tentando minimizar o seu sofrimento e solidão, colmatando as suas necessidades com os diferentes serviços disponibilizados (alimentação, apoio na medicação, cuidados de higiene e conforto pessoal, tratamento de roupa, socialização, entre outros).

1.2.3 CENTRO DE NOITE (CN)/CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO OCUPACIONAL (CATO) - APOIO TERAPIAS ONCOLÓGICAS

O CN/CATO, durante o ano 2020, respondeu às necessidades de 19 utentes para acompanhamento e prestação de cuidados, combatendo situações de solidão, isolamento e insegurança.

Ao longo do ano foram desenvolvidas diversas atividades, sempre com o cumprimento das medidas de segurança emanadas das entidades externas responsáveis, que foram de encontro aos gostos e interesses dos utentes.

O objetivo foi proporcionar um espaço de apoio durante a noite, bem como o apoio para utentes que estão a submeter-se a tratamentos oncológicos.

1.3. RESPOSTAS DE ÂMBITO SOCIAL

1.3.1. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (rsi)

2020 foi um ano atípico a nível mundial e não foi exceção no protocolo do RSI. Devido à pandemia imposta pelo vírus COVID-19, a nossa intervenção teve de ser adaptada de modo a que os serviços que prestámos não fossem interrompidos. Com um plano de contingência rigoroso conseguimos manter a nossa atuação e garantir que os nossos utentes continuassem a receber o apoio que necessitavam.

Assegurámos a resposta atempada, quer dos novos pedidos de RSI, quer de outros apoios (alimentar, ajudas técnicas, atendimento, etc.). Um dos nossos propósitos principais visou a inserção comunitária e profissional. Em 2020, 40 utentes foram integrados no mercado de trabalho e 42 aumentaram a qualificação escolar e profissional. No que concerne ao número médio de agregados acompanhados, por mês, no ano anterior, foram 138.



Em termos do Apoio Alimentar, mantivemos a distribuição do Fundo Europeu de Apoio a Carentes (FEAC), com o qual apoiamos 429 pessoas (167 agregados familiares). Também apoiámos, mensalmente, 20 agregados familiares com géneros do Banco Alimentar Contra a Fome.

1.3.2. CLDS 4G - MAKEBRAGA

Os dois primeiros meses de execução do *MakeBraga* – CLDS 4G ficaram marcados pela necessidade de revisão do Plano de Ação apresentado em candidatura (tal como solicitado pela entidade financiadora), algo que comprometeu não apenas o projeto 2 (desenvolvido no quadro do CCSSA) como também os projetos em execução pela Cáritas Arquidiocesana (1) e Santa Casa da Misericórdia de Braga (3). Após a reanálise e reformulação do Plano de Ação (nomeadamente, das atividades 1, 2, 4, 6 e 11), articulada entre as três entidades (ademais, procedimento que se mantém ao nível da execução das atividades), este foi apresentado e aprovado em sede de CLAS a 16 de outubro de 2020 e, posteriormente, submetido junto da entidade financiadora.

Exigiu-se, também nesta fase, o enfoque na clarificação de procedimentos de gestão física do projeto, dirigindo-se esforços no sentido da elaboração de um sistema de monitorização da operação, de planos estratégicos para o desenvolvimento das diversas atividades e respetivos instrumentos de suporte. No mesmo sentido, iniciou-se o desenvolvimento de um plano de comunicação, sujeito a adaptações no curso do projeto e em articulação com a consolidação dos roteiros das diversas atividades.

Efetivamente, ainda neste período inicial, foi possível avançar com uma planificação mais concreta das atividades a desenvolver, tendo por base a pesquisa e identificação de boas práticas nas respetivas áreas de intervenção. Contudo, dado o hiato temporal entre a elaboração da candidatura e o início efetivo do projeto, atravessado pelo contexto de pandemia, verificou-se a necessidade de repensar domínios outrora priorizados e, acima de tudo, metodologias de implementação das atividades desenhadas.

No que concerne ao Eixo I de intervenção do projeto – **Emprego, Formação e Qualificação** verificou-se a necessidade de adequação das atividades a formatos de concretização/ divulgação online, obedecendo o período de execução em apreço a tarefas ligadas à planificação bem como à:

- a) sedimentação de parcerias, no sentido não só da atualização do diagnóstico de necessidades, como também da delimitação de domínios de atuação e da articulação para encaminhamento de potenciais destinatárias/os para iniciativas de capacitação, em particular da população em situação de desemprego e vulnerabilidade social (atividades 1 – *Make Be*, 2 – *Make Top*, 3 – *Make It* e 5 – *Makebook*).
- b) produção de conteúdos, em particular no caso das atividades:
 - 2 – *Make Top*, via elaboração de guião-base a suportar os vídeos de divulgação de profissões socialmente úteis, mas pouco valorizadas;

- **4 – Make Net** (e **11 – Make Closer**), que correspondeu à compilação de informação para disseminação na newsletter (1ª edição em dezembro) no *site* e redes sociais do projeto (com lançamento já em 2021);
 - **6 – Make Pro**, com a pesquisa e redação de informação sobre trajetos profissionais, educativos e formativos bem como competências-chave para o desenvolvimento pessoal e profissional, a constar em e-book direcionado para estudantes do ensino secundário;
 - **7 – Make’ xperience** (passaporte de competências para jovens do ensino secundário), apresentada no I Encontro Distrital de Braga dos Projetos CLDS 4G.
- c) solicitação e discussão de orçamentos com empresas de audiovisuais (atividade 2 – *Make Top*), de comunicação (atividade 4 – *Make Net* em articulação com a atividade 11 – *Make Closer*) e design (atividade 6 – *Make Pro*).

Assume destaque, em setembro de 2020, o início dos contactos com entidades a constituir parcerias do projeto para auscultação de (novas) necessidades e possibilidades de intervenção colaborativa. Estes contactos deram origem a um conjunto de encontros que, materializados na **Atividade 5 - Makebook** (constituindo indicadores de realização), acabaram por se revelar uma mais valia para o desenho de iniciativas a desenvolver no quadro das demais, inclusive no âmbito do **Eixo IV de intervenção - Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários**.

Assim, até ao final de 2020, concretizaram-se 25 encontros, nomeadamente com representantes: da Câmara Municipal de Braga; dos Serviços de Acompanhamento e Ação Social da Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró e do Centro Comunitário de Dume; das Equipas de Rendimento Social de Inserção da Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, do Colégio de S. Caetano, da Cooperativa Sempre a Crescer e da Casa do Povo de Ribeira do Neiva; do Instituto do Emprego e Formação Profissional; da delegação de Braga da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; dos Gabinetes de Inserção Profissional do Município de Braga e da Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações; da Associação Adolescere; da empresa municipal Invest Braga, do *Human Power Hub* e do projeto Rede May.

Construído um mapa de necessidades e, em alguma medida, também o roteiro de diversas atividades, em dezembro de 2020 avançou-se para a marcação e concretização de encontros com os executivos de todas as juntas/uniões de freguesias do território de intervenção do projeto (13), nomeadamente: das Juntas de Freguesia de Adaúfe, Palmeira e Padim da Graça; e das Uniões de Freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro; Frossos e Merelim (S. Pedro); Crespos e Pousada; Navarra e Santa Lucrecia; Ferreiros e Gondizalves; Real, Dume e Semelhe; Panóias, Merelim (S. Paio) e Parada de Tibães; Lomar e Arcos. Tais encontros parcelares, em articulação com os promovidos no âmbito da **atividade 5**, constituíram o primeiro passo para a concretização dos Fóruns de Cidadania Ativa e das redes colaborativas que consubstanciam a **atividade 8 – Make Together**. Direcionando-se também para o levantamento de necessidades e ainda para o diagnóstico de dinâmicas comunitárias permitiram ainda avançar com o desenho mais concreto de iniciativas no domínio da **atividade 10 – Make Green** e **11 – Make Closer**. Mais concretamente, no âmbito da:

- a) **atividade 10** foram desenhadas ações de sensibilização e intervenção de emergência, atualmente direcionadas para a atuação em contexto pandémico (por exemplo, campanhas de donativos para produtos de higiene íntima e para bebés, bem como iniciativas de estímulo motor e mental para a população em situação de isolamento social), concretizadas já no primeiro trimestre de 2021;
- b) **atividade 11** iniciou-se a elaboração de ferramentas de divulgação de informação socialmente útil, como é o caso dos guias de respostas sociais a distribuir nas diversas freguesias de intervenção no segundo trimestre de 2021. Para além disso, foi já incorporada informação de sensibilização referente à COVID-19 na primeira *Newsletter* lançada, com 69 visualizações institucionais (o que consubstanciou indicador de realização).

Ainda no quadro do **Eixo IV**, é de realçar a concretização, no último trimestre de 2020, de 3 sessões das Comunidades de Prática previstas no âmbito da **atividade 9 – Make Working**, desenvolvidas colaborativamente com os projetos 1 e 3 do *MakeBraga – CLDS*, ainda que num formato de liderança alternada. Assim, colaborando

ativamente na concretização das primeiras sessões da Comunidade de Prática da Deficiência, da Infância e Juventude e do Envelhecimento, o projeto liderou a segunda sessão da relativa à Deficiência. Nesta estiveram presentes 14 técnicas/os de diferentes entidades (indicador de realização), nomeadamente: Agrupamento de Centros de Saúde de Braga, Associação de Paralisia Cerebral de Braga, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Balcão de Inclusão do Município de Braga, Delegação de Braga da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, Cáritas Arquidiocesana de Braga, Centro Novais e Sousa, Cooperativa de Educação e Reabilitação para Cidadãos mais Incluídos de Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Unidade de Saúde Familiar Colina.

1.3.3. CANTINA SOCIAL – GASE

O ano de 2020 foi um ano atípico a nível mundial, devido à pandemia imposta pelo COVID-19. A Cantina Social (CS) do Centro Cultural e Social de Santo Adrião teve de reajustar os dias de entregas das refeições aos utentes, conforme plano de contingência. Distribuiu cerca de 40 refeições diárias, totalizando uma média de 1218 refeições mensais. No final do ano a valência da CS tinha distribuído cerca de 14.621 refeições a 6 agregados familiares e 13 pessoas singulares.

Mensalmente é efetuado um registo interno de refeições, bem como enviado para a Segurança Social, Rede Social (Câmara Municipal de Braga) e Conferência Vicentina de Nogueira uma grelha informativa de todos os agregados ou indivíduos singulares beneficiários do apoio da CS.

Conduzimos o encaminhamento, admissão, reavaliação e exclusão de utentes, bem como os contactos e diligências junto de outras entidades.

Realizou-se ainda o atendimento de utentes no Gabinete de Apoio Social de Emergência (GASE) (tendo sido atendidos, no final de 2020, 126 agregados familiares/pessoas singulares). O GASE teve uma descida nos atendimentos, devido à pandemia e confinamentos.

OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

Janeiro e fevereiro: Tómbolas e sorteio de rifas.

As restantes atividades que estavam previstas, não se realizaram devido à pandemia (COVID-19).

Dezembro:

Dia 23 - Entrega de presentes a todas as crianças e adolescentes beneficiárias da Cantina Social.

Ao longo de todo o ano

- Reforço da refeição, nos feriados e épocas festivas;
- Colaboração na entrega de cabazes, mensalmente, às famílias - POAPMC (FEAC),
- Recolha de vestuário na Loja C&A – Braga Parque e Nova Arcada (recolhas pontuais).

2. ÁREA DESPORTIVA – RECREATIVA, ARTÍSTICA E CULTURAL

2.1. O Desporto Santo Adrião encontra-se estruturado de forma a oferecer um leque variado de modalidades que sejam ao mesmo tempo atrativas, de cariz sócio-cultural e destinadas a diferentes faixas etárias, cumprindo, assim, a sua missão da promoção da atividade física para todos.

Em 2020, devido aos constrangimentos proporcionadas pela Pandemia COVID-19, esta resposta apenas atingiu o seu objetivo principal de promover o desporto como uma mais-valia para a saúde e para o bem-estar, até ao início de março.

Projetos com atividade diária até 13 de março de 2020:

- Braga Rugby: Teve mais de uma centena de praticantes inscritos na Federação Portuguesa de Rugby e cerca de uma centena e meia passaram pelos treinos dos diversos escalões existentes. Competiu em todos os escalões competitivos do rugby nacional, dos sub8 aos seniores, masculino e feminino.
- Capoeira: A modalidade de Capoeira manteve as turmas existentes em 2020 com três turmas: Iniciação e avançados.

Modalidades com atividade semanal até 13 de março de 2020:

- Ginástica Localizada, Danças de Salão, Krav Maga Infantil e Judo Infantil.

Secções com atividade mensal até 13 de março de 2020:

- Secção de Caminhadas.

Concluindo, o Desporto Santo Adrião, atingiu, até março de 2020, os objetivos para que se propôs e encontra-se preparada para iniciar as diversas modalidades logo que as autoridades competentes o autorizem.

2.2. GRUPO FOLCLÓRICO DANÇAS E CANTARES DO CCSSA

Os objetivos previstos no plano de atividades do Grupo Folclórico para o ano 2020 não foram atingidos devido à Pandemia de COVID-19.

Assim, nos meses de fevereiro e início de março ainda foram realizados alguns ensaios. A partir do momento em que foi decretado o confinamento, toda a atividade cessou, não tendo ocorrido nem mais ensaios, nem as atuações que já estavam previstas (permutas), nem qualquer outro tipo de atividades.

Aguardamos que sejam restabelecidas as condições sanitárias para retomar as atividades, das quais os membros do grupo e a instituição bem necessitam.

2.3. CORO ALLEGRETUS

No ano de 2020, a atividade do Coro Allegretus foi quase nula, após a suspensão dos ensaios, logo nos inícios de março, por precaução, dada a evolução da pandemia COVID-19.

Há a registar, apesar disso, a continuação da ligação entre a grande maioria dos elementos do Coro, utilizando os meios digitais que tinham sido criados.

Foi possível, contudo, assinalar o Natal com a publicação de um vídeo, produzido à distância, sob a coordenação do nosso maestro, Arlindo Ferreira.

2.4. GRUPO AD-HOC

O Grupo Ad-Hoc é uma valência que tem o objetivo da animação musical de festas e da representação do CCSSA nas iniciativas culturais para que for solicitado.

Como as demais valências, sofreu as consequências da pandemia que se vive.

Por isso, no ano de 2020 não realizou qualquer espetáculo musical, tendo, no entanto, ensaiado, semanalmente, em sessões de duas horas. Ensaiou no mês de janeiro e fevereiro, tendo interrompido na data do primeiro confinamento obrigatório a 18 de março.

Retomou os ensaios semanais em meados do mês de maio e interrompeu, de novo, no mês de agosto. Retomou, novamente em setembro, ensaiando ininterruptamente até final do mês de dezembro de 2020.

2.5 BAR

Desde 15 de março de 2020, data em que o Bar encerrou, todo o ambiente associativo se transformou. Logo que as condições pandémicas o permitam, o Bar passará a funcionar em consonância com o horário de expediente das diferentes respostas sociais, sem prejuízo de se vir a definir um outro horário de funcionamento, incluído o seu funcionamento entre as 20h00 e as 23h00, seja para apoio das diversas atividades culturais e das secções de apoio, seja para o desenvolvimento de outras atividades (recreativas, de lazer, etc.) de interesse para os associados.

2.6 CONFEÇÕES / ARTESANATO

Esta secção continuou a apoiar todos os associados, nos períodos em que foi possível, em tarefas de confeção e restauro de artigos de utilidade doméstica e pessoal.

O horário de atividade foi: de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 13h00, e das 14h00 às 18h00, com exceção das quartas-feiras que se encontrou encerrado para execução exclusiva para trabalhos, sem qualquer atendimento.

O espaço das Confeções continuou a ser um polo de recolha de artigos (roupa, calçado, brinquedos, outros) oferecidos por associados e benfeitores, para triagem de todas as peças e consequente classificação por sexo, tamanho/medida pelas voluntárias do Gabinete de Atendimento Social de Emergência.

2.7 ATELIER DE TEATRO

Novo grupo de Teatro CCSSA, “Teatro de Quinta”. Criado para levar a arte do teatro a todos os utentes. Pretende fazer rir e chorar, mas sobretudo fazer pensar as pessoas, nas nossas atuações. Somos um grupo heterogéneo, sempre pronto a receber qualquer elemento que pretenda dar um pouco da sua sabedoria. Queremos conquistar sempre novos caminhos de forma a chegar a toda a gente. Pela Pandemia COVID-19, todo o trabalho foi interno. Quando for possível, saltaremos para o Palco.

3. SECÇÕES DE APOIO GERAL/RECURSOS/EQUIPAMENTOS

3.1 NÚCLEO DA QUALIDADE

O Núcleo da Qualidade deu continuidade ao seu trabalho em 2020, através da padronização dos processos e na medição da eficácia das ações tomadas, com foco específico na satisfação do cliente e na melhoria contínua.

Âmbito da Certificação no Referencial Normativo NP EN ISO 9001

- Creche, Jardim de Infância, Centro de Atividades e Tempos Livres, Centro de Atividades e Tempos Livres - Apoio a Crianças Risco, Centro de Acolhimento Temporário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário, Desporto Santo Adrião, Valências Artísticas, Culturais e Recreativas, Lavandaria, Viagens e Confeções.

Objetivos

O Núcleo da Qualidade definiu para o ano de 2020 vinte e nove objetivos, metas e indicadores realistas e exequíveis para todas as respostas e secções no âmbito da certificação. Dos objetivos definidos foram atingidos 14, dos 29 propostos (73%). Este resultado deveu-se a todos os constrangimentos com que a organização se deparou em 2020 relacionados com a pandemia COVID-19, uma vez que os nove objetivos que foram verificados até março de 2020 não foram contabilizados.

O ano de 2020 foi um ano atípico devido à Pandemia COVID-19, o que levou a que não se realizassem auditorias no CCSSA ao longo desse período.

Conclusão

O Sistema de Gestão da Qualidade está implementado há 14 anos de uma forma eficaz, face às exigências normativas, com o intuito de melhorar continuamente e responder às constantes necessidades da Instituição.

3.2 ECONOMATO

Esta Valência, sempre em coordenação com as restantes, assegurou e verificou a concretização diária das ementas previamente definidas, encomendando, registando e distribuindo os bens alimentares para as diferentes respostas.

Procedeu à receção e controlo de todos os géneros entregues pelos fornecedores, benfeitores ou consumíveis através da Cantina Social, bem como a verificação do cumprimento definido na receção e no armazenamento, quer de alimentos, quer de produtos de higiene e limpeza.

Verificou o fluxo de refeições confecionadas pela Cozinha Central, para cada uma das respostas, fazendo um controlo otimizado dos custos.

Ao longo do ano de 2020, e apesar de todas as condicionantes internas e externas, como a Pandemia, procedeu-se ainda à melhoria da metodologia do fornecimento de bens, géneros, serviços e procedimentos.

3.3 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

De forma global, pensamos que os Serviços Administrativos e Secretaria Geral foram bastante irregulares não só pelas solicitações recebidas no contexto pandémico pela ausência dos utentes seniores e crianças, mas, sobretudo pelos vários períodos de agitação nos vários Órgãos Sociais, como se refere na Abertura deste Relatório, muitas vezes com irregularidades inéditas e desconcertantes que a instituição não merecia.

No último mês, dezembro, já com a Direção efetiva, com toda a legalidade, a paz e tranquilidade regressaram à nossa instituição/família de todos os associados. Com todo o empenho e coragem, já se conseguiram muitas situações antes “inventadas”.

Trocaram-se orientações para o novo ano 2021, que prometemos de objetividade, transparência e verdade.

3.4 COZINHA/COPAS

A cozinha central e copas, e a manutenção de equipamentos e espaços têm merecido a nossa atenção, com muito empenho higiene e limpeza, aspetos que sempre dedicamos bastante atenção.

4. PROJETOS

Esta secção planeou e organizou todas as ações no sentido de dar respostas às necessidades e apelos da comunidade.

Para 2020, os projetos planeados foram:

- Orçamento Participativo União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto;
- Remodelação de espaços para implementação dos Projetos: Dar Asas Para Voar e Lusco Fusco;
- POAPMC;
- RGRD – Capacitação. A Pandemia obrigou a trabalhar em confinamento.

5. TRABALHO EM REDE SOCIAL (PARCEIRAS, ACORDOS PROTOCOLADAS, BENFEITORES)

Conscientemente, certos do caminho já bem longo, de trabalho tão positivo já alcançado, apelámos. Continuamente à esperança num futuro melhor.

Além da comparticipação dos utentes e quotização dos associados, também continuámos a contar com o apoio de muitos benfeitores, entidades e amigos, com o estabelecimento de acordos protocolados / parcerias solidárias e muitos amigos:

5.1. PARCERIAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO E/OU COLABORAÇÃO COM:

- | | | |
|---|---|---|
| - Agr. de Escolas André Soares | - Colégio de S. Caetano de Braga | - IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude |
| - Agr. de Escolas de Alberto Sampaio | - Comissão de Proteção Crianças e Jovens de Braga | - ISAVE |
| - Agr. de Escolas de Maximinos | - Direção Regional de Educação do Norte | - Ótica Quinta da Capela |
| - Agr. de Escolas de D. Maria II | - Escola Profissional de Braga | - PSP |
| - Agr. de Escolas Francisco Sanches | - Escola Secundária Caldas das Taipas | - REAPN |
| - Agr. de Escolas Sá de Miranda | - Esprominho | - Tribunal de Família e Menores de Braga |
| - Agr. de Escolas Carlos Amarante | - F3M | - UDIPSS/CNIS |
| - Aplicproposta Lda, Braga Mob | - Farmácia Alvim | - União das freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João de Souto) |
| - Associação Intercultural Amigos da Mobilidade | - Farmácia Martins | - Universidade Católica Portuguesa |
| - BPI Sénior | - Farmácia Peixoto | - Universidade do Minho |
| - Câmara Municipal de Braga | - IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional | - XZ Consultores |
| - Centro Distrital da Segurança Social | | |

5.2. PATROCINADORES, BENFEITORES E AMIGOS SOLIDÁRIOS (APOIOS, DONATIVOS, PATROCÍNIOS) – EM REDE SOCIAL:

- | | |
|--|--------------------------------|
| - Associados | - Paróquia de Santo Adrião |
| - Banco Alimentar contra a Fome – BACF Braga | - Pastelaria Braga Parque |
| - Banco Entrajuda | - Pingo Doce |
| - Benfeitores anónimos | - R3Natura |
| - Bracril | - Recheio |
| - Casa das Natas | - Sub-Região de Saúde de Braga |
| - Continente | - TPJM |
| | - Tecnibuild |

EM ESTUDO PRÉVIO:

1. Reversão do CAT para ERPI. (1.º andar da Sede)
2. Transferência do CAT para Estrutura de Nogueira: CN/CATO + CAT

- Fundação EDP
- José Peixoto Rodrigues
- Makro
- Manuel Vieira Gomes
- Modelo Continente
- Montepio Geral
- U. Minho – Serviços Ação Social (SASUM)
- Padaria Dume

6. CONTEÚDOS FINANCEIROS

6.1. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E À SEGURANÇA SOCIAL

A Entidade não apresenta dívidas em situação de mora à Autoridade Tributária e Aduaneira, ou a quaisquer outros Entes Públicos, nem à Segurança Social.

6.2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Desde o primeiro trimestre do período de 2020, os efeitos da pandemia de COVID-19 estão a ser permanentemente analisados e a acompanhados pelas autoridades competentes, tendo vindo a ser implementadas diversas iniciativas de natureza social e económica com impacto sobre a situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, a economia nacional em geral continuará a ser afetada de forma muito gravosa, prevendo-se que esta situação se mantenha num futuro próximo, perspetivando-se um cenário de recessão económica.

A Entidade está a acompanhar a evolução da pandemia, procurando minimizar os riscos para a sua atividade decorrentes da pandemia e, na sequência das recomendações do governo e das autoridades sanitárias, implementou planos de contingência adequados às suas circunstâncias, os quais são monitorizados em contínuo, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

Não obstante as medidas adotadas pela Entidade, os efeitos negativos da pandemia sobre a sua atividade fizeram-se sentir no período de 2020, tendo-se verificado uma redução da sua atividade, tendo esta recorrido às medidas excecionais que foram sendo criadas pelo Governo ao longo do período tendo em vista a normalização da atividade empresarial, designadamente, ao mecanismo de lay off e às moratórias bancárias.

No entanto, face ao atual cenário de incerteza e rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes do vírus, não é possível estimar, à presente data, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

6.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido positivo de 55 798,96 euros apurado no período findo em 31 de dezembro de 2020 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

6.4. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 30 de março de 2021.

III CONCLUSÃO

Por todo o exposto, podemos concluir que o ano 2020 foi, de facto, bastante atípico. A invocação da Pandemia COVID-19, que atropelou e surpreendeu todas as valências, é realmente a fundamentação mais objetiva de tantas atividades planeadas, mas não realizadas. Foram muitos meses de luta cerrada contra aquele “inimigo” voraz que atormentou todo o mundo e, que ainda, em 2021 muito mais nos vai consumir. É o planeta que nos surpreende e se transforma, apontando para um mundo novo, em muitos aspetos muito mais negativo.

Quanto às transformações de âmbito Social, em que os valores da vida, são cada vez mais desprezados, atacados e até anulados, os tempos futuros podem ser também bastante angustiantes para as novas gerações.

Do exterior, de quem não quer respeitar a missão/objetivos traçados há quase 38 anos, no CCCSA ainda se repetem as toadas injuriosas, difamatórias e caluniosas. Tentaremos desprezar, ao máximo, essas idiotices. Queremos, sim, um ano de 2021 de estabilidade e progresso. As perturbações que nos remeterem, daqui em diante, prejudicarmo-nos-ão pelo tempo que não desejamos perder.

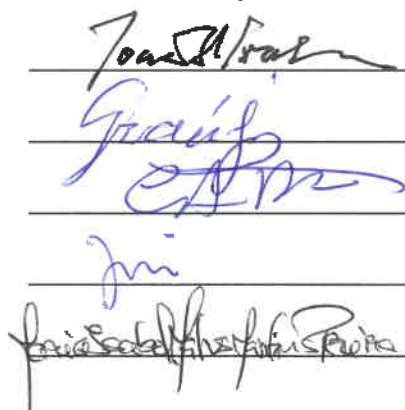
Mas as várias transgressões e prejuízos de 2020, em abusos de poder e competência..., que muito danificaram a imagem deste nosso Centro Cultural e Social, prometemos esclarecer, não só nas nossas Assembleias Gerais, como noutros lugares onde exijam a nossa presença.

Tudo faremos, para que “as culpas não morram solteiras”.

Contudo, vivamos o presente com esperança e no maior entusiasmo possível, a bem dos melhores proveitos para o nosso Centro Cultural e Social de Santo Adrião.

Braga, 30 de março de 2021

A Direção




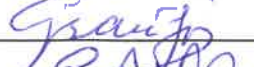

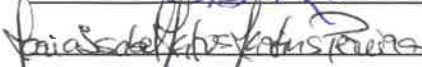

The image shows four handwritten signatures in blue ink, each placed on a horizontal line. The signatures are: 1. A cursive signature that appears to be 'João M. ...'. 2. A signature that appears to be 'Gonçalo ...'. 3. A signature that appears to be 'Júlio ...'. 4. A signature that appears to be 'Luís ...'. The lines are horizontal and extend across the width of the signatures.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balço em 31 de dezembro de 2020**

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.332.661,98	2.408.500,64
Ativos intangíveis	5	3.411,46	3.048,62
Investimentos financeiros	6	6.732,00	4.547,72
Subtotal		2.342.805,44	2.416.096,98
Ativo corrente			
Inventários	7	4.356,80	4.356,80
Créditos a receber	8	6.835,50	14.881,49
Estado e outros entes públicos	9	2.003,20	1.964,06
Outros ativos correntes	10	83.149,94	171.465,93
Caixa e depósitos bancários	11	46.537,44	6.940,83
Subtotal		142.882,88	199.609,11
Total do Ativo		2.485.688,32	2.615.706,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	7.201,78	7.201,78
Resultados transitados	12	748.472,14	757.409,04
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	756.565,59	779.550,24
Resultado líquido do período		55.798,96	(8.936,90)
Total dos fundos patrimoniais		1.568.038,47	1.535.224,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	463.028,27	462.651,77
Subtotal		463.028,27	462.651,77
Passivo corrente			
Fornecedores	15	23.477,68	57.364,03
Estado e outros entes públicos	9	40.264,02	55.658,64
Financiamentos obtidos	14	127.304,72	142.304,72
Associados/membros	16	-	36.000,00
Diferimentos	17	55.745,06	95.027,01
Outros passivos correntes	4, 19	207.830,10	231.475,76
Subtotal		454.621,58	617.830,16
Total do passivo		917.649,85	1.080.481,93
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.485.688,32	2.615.706,09

Braga, 30 de março de 2021

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56.013

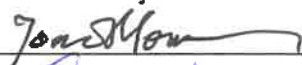


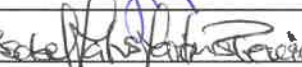



Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	19	912.276,25	1.057.124,88
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1.380.976,94	1.399.037,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(165.665,88)	(212.202,41)
Fornecimentos e serviços externos	21	(285.797,15)	(345.320,58)
Gastos com o pessoal	4, 23	(1.544.028,35)	(1.602.198,00)
Outros rendimentos	23	56.565,76	34.422,07
Outros gastos	24	(185.502,33)	(224.315,92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		168.825,24	106.547,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(87.900,95)	(93.058,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		80.924,29	13.488,48
Juros e rendimentos similares obtidos	25	-	-
Juros e gastos similares suportados	25	(25.125,33)	(22.425,38)
Resultados antes de impostos		55.798,96	(8.936,90)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado Líquido do período		55.798,96	(8.936,90)

Braga, 30 de março de 2021

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56.013



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	7.201,78	757.409,04	779.550,24	(8.936,90)	1.535.224,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		(8.936,90)	(22.984,65)	8.936,90	(22.984,65)
	7	-	(8.936,90)	(22.984,65)	8.936,90	(22.984,65)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				55.798,96	55.798,96
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				55.798,96	55.798,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	7.201,78	748.472,14	756.565,59	55.798,96	1.568.038,47

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	7.201,78	814.845,92	799.319,51	(57.436,88)	1.563.930,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13		(57.436,88)	(19.769,27)	57.436,88	(19.769,27)
	2	-	(57.436,88)	(19.769,27)	57.436,88	(19.769,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(8.936,90)	(8.936,90)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(8.936,90)	(8.936,90)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3+5	7.201,78	757.409,04	779.550,24	(8.936,90)	1.535.224,16

Braga, 30 de março de 2021

A Direção

João Maria

Gracinda

Francisco de Jesus Patrício Pereira

A Contabilista Certificada, n.º 56.013

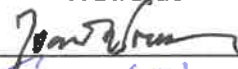

Helena Rodrigues

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		886.668,12	1.026.345,67
Pagamento a fornecedores		(467.491,21)	(612.293,99)
Pagamentos ao pessoal		(1.557.622,72)	(1.528.609,84)
Caixa gerada pelas operações		(1.138.445,81)	(1.114.558,16)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.229.654,23	1.288.467,78
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		91.208,42	173.909,62
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(10.755,40)	(66.153,10)
Ativos intangíveis	5	(1.669,73)	(2.737,55)
Investimentos financeiros	6	(2.968,25)	(2.832,73)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	6	783,97	1.147,91
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(14.609,41)	(70.575,47)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11.876,87)	(98.262,95)
Juros e gastos similares		(25.125,53)	(22.425,38)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(37.002,40)	(120.688,33)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		39.596,61	(17.354,18)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	6.940,83	24.295,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	46.537,44	6.940,83

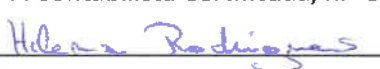
Braga, 30 de março de 2021

A Direção


 Inês Sábalgo dos Pratas Pratas

A Contabilista Certificada, n.º 56.013



Anexo

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 166 de 21/07/1997, Série II, com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, 4715-016 Braga. Tem como atividade principal o Apoio Social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio Social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, especialmente infância, juventude, terceira idade e deficientes, e a promoção e valorização dos seus associados sob o ponto de vista humano, nos aspetos culturais e recreativos.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Direção, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

A Entidade utiliza o modelo do custo na mensuração de outros investimentos financeiros, nomeadamente a participação em outras entidades e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades ou fundos com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, os investimentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas adas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao custo histórico.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo obtidos” encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos financeiros” de “Empréstimos obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os “Encargos financeiros” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos fixos tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de Entidade públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta “593 – Subsídios”, sendo imputados a rendimentos do período na proporção das depreciações dos ativos subsidiados, efetuadas em cada período. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a reconhecer na rubrica de “ajustamentos em subsídios”, por crédito de uma sub-rubrica de “outros devedores e credores”). Assim, em cada um dos períodos em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

No caso de subsídios relacionados com ativos não depreciáveis, estes são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “financiamentos obtidos”.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Custo				
Terrenos e recursos naturais	114.035,17	-	-	114.035,17
Edifícios e outras construções	3.094.876,95	-	-	3.094.876,95
Equipamento básico	646.380,14	10.005,60	-	656.385,74
Equipamento de transporte	422.975,80	-	(138.152,69)	284.823,11
Equipamento administrativo	216.637,14	749,80	-	217.386,94
Outros ativos fixos tangíveis	12.985,00	-	-	12.985,00
Total	4.507.890,20	10.755,40	(138.152,69)	4.380.492,91
Depreciações acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	886.962,53	56.730,83	-	943.693,36
Equipamento básico	563.382,81	24.189,53	-	587.572,34
Equipamento de transporte	420.378,99	4.025,00	(138.152,69)	286.251,30
Equipamento administrativo	216.349,28	1.474,25	-	217.823,53
Outros ativos fixos tangíveis	12.315,95	174,45	-	12.490,40
Total	2.099.389,56	86.594,06	(138.152,69)	2.047.830,93
Quantia escriturada				2.332.661,98

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2019
Custo			
Terrenos e recursos naturais	114.035,17	-	114.035,17
Edifícios e outras construções	3.038.355,28	56.521,67	3.094.876,95
Equipamento básico	636.748,71	9.631,43	646.380,14
Equipamento de transporte	422.975,80	-	422.975,80
Equipamento administrativo	216.637,14	-	216.637,14
Outros ativos fixos tangíveis	12.985,00	-	12.985,00
Total	4.441.737,10	66.153,10	4.507.890,20
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	826.667,12	60.295,41	886.962,53
Equipamento básico	538.924,77	24.458,04	563.382,81
Equipamento de transporte	414.620,66	5.758,33	420.378,99
Equipamento administrativo	215.624,83	724,45	216.349,28
Outros ativos fixos tangíveis	12.141,52	174,43	12.315,95
Total	2.007.978,90	91.410,66	2.099.389,56
Quantia escriturada			2.408.500,64

Todos os ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade da Entidade.

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2020
Custo			
Programas de computador	10.759,05	1.669,73	12.428,78
Total	10.759,05	1.669,73	12.428,78
Aortizações acumuladas			
Programas de computador	7.710,43	1.306,89	9.017,32
Total	7.710,43	1.306,89	9.017,32
Quantia escriturada			3.411,46

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2019
Custo			
Programas de computador	8.021,50	2.737,55	10.759,05
Total	8.021,50	2.737,55	10.759,05
Aortizações acumuladas			
Programas de computador	6.062,46	1.647,97	7.710,43
Total	6.062,46	1.647,97	7.710,43
Quantia escriturada			3.048,62

6. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Fundo de Compensação	4.547,72	2.968,25	(783,97)	6.732,00
Total	4.547,72	2.968,25	(783,97)	6.732,00
Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Fundo de Compensação	2.862,90	2.832,73	(1.147,91)	4.547,72
Total	2.862,90	2.832,73	(1.147,91)	4.547,72

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2020	Compras	Inventário em 31-dez-2020	CMVMC em 2020
Mercadorias	-	1.648,19	-	1.648,19
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.356,80	164.017,69	4.356,80	164.017,69
Total	4.356,80	165.665,88	4.356,80	165.665,88

Descrição	Inventário em 01-jan-2019	Compras	Inventário em 31-dez-2019	CMVMC em 2019
Mercadorias	-	10.211,17	-	10.211,17
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.991,98	201.991,24	4.356,80	201.991,24
Total	4.991,98	212.202,41	4.356,80	212.202,41

8. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Cientes e Utentes c/c	6.835,50	14.881,49
Utentes	6.835,50	14.881,49
Total	6.835,50	14.881,49

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2019 apresentava-se como segue

Descrição	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Utentes c/c	-	6.835,50	-	-	6.835,50
Total	-	6.835,50	-	-	6.835,50

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.003,20	1.964,06
Total	2.003,20	1.964,06
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.318,00	8.558,00
Segurança Social	31.664,74	46.853,59
Outros Impostos e Taxas	281,28	247,05
Total	40.264,02	55.658,64

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	216,26	1.799,45
Depósitos à ordem	46.321,18	5.141,38
Total	46.537,44	6.940,83

11. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Adiantamentos ao pessoal	303,03	100,00
CLDS	40.411,94	65.813,16
ISS - Adaptar Social+	4.000,00	26.264,92
PON/POPH	38.434,97	79.287,85
Perdas por Imparidade	-	-
Total	83.149,94	171.465,93

12. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2020	Aumentos / Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Fundos	7.201,78	-	7.201,78
Resultados transitados	757.409,04	8.936,90	748.472,14
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	779.550,24	22.984,65	756.565,59
Resultado líquido do período	(8.936,90)	(64.735,86)	55.798,96
Total	1.535.224,16	(32.814,31)	1.568.038,47

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Diminuições	Saldo em 01-jan-2020	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020
Subsídios ao investimento	685.284,33	19.769,27	665.515,06	22.984,65	642.530,41
Doações	114.035,18	-	114.035,18	-	114.035,18
Total	799.319,51	19.769,27	779.550,24	22.984,65	756.565,59

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a “Financiamentos obtidos”:

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	47.304,72	463.028,27	510.332,99	47.304,72	462.651,77	509.956,49
Contas caucionadas	80.000,00	-	80.000,00	95.000,00	-	95.000,00
Total	127.304,72	463.028,27	590.332,99	142.304,72	462.651,77	604.956,49

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2020			31-12-2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	47.304,72	8.465,96	55.770,68	47.304,72	10.940,65	58.245,37
De um a cinco anos	241.254,07	42.835,80	284.089,87	246.141,05	43.705,20	289.846,25
Mais de cinco anos	221.774,20	16.796,50	238.570,70	216.510,73	23.347,66	239.858,39
Total	510.332,99	68.098,26	578.431,25	509.956,49	77.993,51	587.950,00

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c	23.477,68	57.346,78
Total	23.477,68	57.346,78

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2020 apresentava-se como segue:

Descrição	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores c/c	-	23.477,68	-	-	23.477,68
Total	-	23.477,68	-	-	23.477,68

16. Associados/membros

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
	Corrente	Corrente
Passivo		
Empréstimos dos Associados	-	36.000,00
Carollna Granja	-	16.000,00
João Granja	-	10.000,00
Celeste Granja	-	10.000,00
Total	-	36.000,00

17. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Passivo - rendimentos a reconhecer		
POISE CLDS	-	41.459,89
Formação	55.745,06	53.567,12
Total	55.745,06	95.027,01

18. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	398,94	33.634,04
Credores por acréscimos de gastos	206.551,21	190.497,08
Estimativa de férias e subsídio de férias	203.186,77	188.883,28
Outros gastos	3.364,44	1.613,80
Adiantamento de clientes	281,28	247,50
Outros credores	598,67	7.097,14
Total	207.830,10	231.475,76

19. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Serviços Prestados”:

Descrição	2020	2019
Quotas dos utilizadores	870.180,32	997.359,07
Quotas e Jóias	11.716,00	3.540,00
Serviços secundários	30.379,93	56.225,81
Total	912.276,25	1.057.124,88

20. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.175.164,29	1.211.444,91
Doações e heranças	205.812,65	187.592,16
Total	1.380.976,94	1.399.037,07

Descrição	2020	2019
ISS,IP	1.054.208,28	1.000.955,16
POISE - Projetos diversos	40.411,94	95.364,64
IEFP	721,47	373,31
Junta Freguesia S.Lázaro	5.050,00	7.920,00
Câmara Municipal de Braga	14.450,00	900,00
Apoio ao emprego - Layoff	23.573,30	-
Apoio à família	6.305,58	-
Adaptar Social+	8.000,00	-
IEFP - Incentivo extraordinário normalização atividade	17.145,00	-
Fundo Socorro Social	-	100.000,00
Doações diversas	211.111,37	193.523,96
Total	1.380.976,94	1.399.037,07

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	59.441,25	74.516,47
Materiais	40.288,99	34.981,34
Energia e fluidos	104.651,37	118.152,56
Deslocações, estadas e transportes	6.858,30	23.033,29
Serviços diversos (*)	74.557,24	94.636,92
Limpeza e higiene	33.009,21	36.636,46
Seguros	14.643,78	16.707,28
Comunicação	13.977,18	14.999,27
Total	285.797,15	345.320,58

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foi de 10 em ambos os períodos. Os órgãos diretivos/sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 105 e em 2019 foi de 112.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	1.266.112,54	1.292.445,57
Encargos sobre as remunerações	249.936,61	290.942,21
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	20.642,24	13.684,36
Outros gastos com o pessoal	7.336,96	5.125,86
Total	1.544.028,35	1.602.198,00

23. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares	15.576,80	14.627,80
Outros rendimentos	40.988,96	19.794,27
Imputação subs. ao investimentos	22.984,65	19.769,27
Donativos	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	8.502,96	-
Total	56.565,76	34.422,07

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

24. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1.067,95	4.710,00
Outros gastos	184.434,38	219.605,92
Donativos	170.226,82	143.978,54
Outros	2.670,50	60.769,02
Bolsas formação	8.175,00	7.737,42
Apoio pecuniário	-	5.450,00
Gratificação estímulo a utentes	728,00	884,00
Quotizações	420,00	420,00
Correções relativas a períodos anteriores	2.214,06	366,78
Total	185.502,33	224.315,92

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

25. Resultados financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15.669,83	12.152,21
Outros gastos e perdas de financiamento	9.455,50	10.273,17
Total	25.125,33	22.425,38
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(25.125,33)	(22.425,38)

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

28. Impacto da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Desde o primeiro trimestre do período de 2020, os efeitos da pandemia de Covid-19 estão a ser permanentemente analisados e a acompanhados pelas autoridades competentes, tendo vindo a ser implementadas diversas iniciativas de natureza social e económica com impacto sobre a situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, a economia nacional em geral continuará a ser afetada de forma muito gravosa, prevendo-se que esta situação se mantenha num futuro próximo, perspetivando-se um cenário de recessão económica.

A Entidade está a acompanhar a evolução da pandemia, procurando minimizar os riscos para a sua atividade decorrentes da pandemia e, na sequência das recomendações do governo e das autoridades sanitárias, implementou planos de contingência adequados às suas circunstâncias, os quais são monitorizados em contínuo, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

Não obstante as medidas adotadas pela Entidade, os efeitos negativos da pandemia sobre a sua atividade fizeram-se sentir no período de 2020, tendo-se verificado uma redução da sua atividade da Entidade, tendo esta recorrido às medidas excecionais que foram sendo criadas pelo Governo ao longo do período tendo em vista a normalização da atividade empresarial, designadamente, ao mecanismo de *lay off* e às moratórias bancárias.

No entanto, face ao atual cenário de incerteza e rápida evolução da pandemia, em virtude do surgimento de novas variantes do vírus, não é possível estimar, à presente data, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

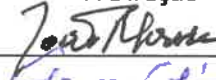
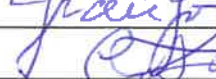

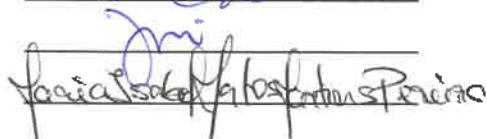
29. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2021.

Braga, 30 de março de 2021

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 56.013



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.485.688,32 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.568.038,47 euros, incluindo um resultado líquido do período de 55.798,96 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual de fluxos de caixa, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO**, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 16 de abril de 2021.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.